



17.10.03

Deputada Romão

REQUERIMENTO N.º 159/IX (2a) - AC

Exm.º Senhor
Presidente da Assembleia da República

Lisboa, 17 de Outubro de 2003

Apresentado por: Deputada **MARIA DO CARMO ROMÃO**, do Partido Socialista

Assunto: Apoio às pessoas com deficiência.

Em exposição apresentada pelo Senhor Dr. Luis Manuel Silva Ferreira, com deficiência visual, casado com uma Senhora igualmente invisual, é invocado o não cumprimento da quota de 5% estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, a favor de pessoas com deficiência, nos concursos públicos, no caso particular dos professores.

Do mesmo modo e por se tratar de uma família actualmente a viver em precária situação económica, o exponente levanta a questão, entre outras, da atribuição da qualidade de agente de jogos da Santa Casa da Misericórdia de



Lisboa, através da qual poderia auferir maior rendimento para um estabelecimento que detêm na Amadora com financiamento do IEFP.

O Caso exposto, sendo particular pode representar um direito ou uma aspiração de muitas pessoas, em igualdade de circunstâncias, carenciadas de apoio especial que, aliás, a Constituição e a Lei já reconhecem.

Nestas condições, ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais, venho requerer, por intermédio de Vossa Excelência, que pelos Senhores Ministros da Educação e da Segurança Social e do Trabalho sejam fornecidos esclarecimentos respectivamente sobre o cumprimento do Decreto-lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro (Ministério da Educação) e sobre a criação de critérios para atribuição de agência de Jogos Sociais a pessoas com deficiência (Ministério da Segurança Social e do Trabalho).

Apresento a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos,

A Deputada

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'M. Romão', with a long, sweeping flourish extending to the left.

Maria do Carmo Romão

Luis Manuel Silva Ferreira
Rua Porto Santo, 12
2700 - 666 AMADORA
Tel/Fax: 214910003

*Esta carta segue
para todos o
grupos parlamentares*

Amadora, 07-10-2003

Exm.º Sr. Líder da bancada Parlamentar do PS

002102

Venho por este meio expor uma situação difícil, mas que neste caso não se deve só à crise económica, mas sim devido à falta de cumprimento de uma lei por parte do Ministério da Educação cuja responsabilidade é de um social-democrata.

O decreto-lei 105/2001 de 3 de Fevereiro estabelece uma quota de 5% a atribuir a pessoas com deficiência nos concursos públicos. No caso das escolas e dos quadros de zona pedagógica teriam de haver pelo menos três vagas para se poder aplicar a quota.

No caso do Ministério da Educação, a referida quota foi apenas aplicada na 1.ª fase do concurso de professores para o ano lectivo 2002/2003, desde aí a lei nunca mais foi aplicada. Já houve pessoas que fizeram queixa, ao Ministério Público, mas o ME teima em não aplicar a lei da quota.

Tenho 34 anos, sou deficiente visual (amblíope), b.I. 9628110, Contribuinte n.º 196050340, Beneficiário N.º 111305703. A minha esposa é invisual, Marisa Gomes Vieira Ferreira tem 27 anos, o B.I. é o 10751305, é natural de Santa Cruz das Flores, Açores, ambos somos professores profissionalizados do grupo 8º - A (Português, Grego e Latim), residimos em Aqualva-Cacém.

Eu sou Licenciado em Linguística e com o estágio no ano lectivo 98/99, a minha esposa terminou o estágio no ano lectivo 99/2000 com média de 15,0, é Licenciada em Estudos Portugueses também pela faculdade de Letras de Lisboa.

Como após o estágio eu nunca mais fui colocado, entrei no desemprego, ainda fiz alguns trabalhos precários como dar formação, até cheguei a receber o rendimento Mínimo Garantido durante algum tempo, decidi criar o meu próprio emprego, para isso apresentei um projecto ao Instituto de Emprego e Formação Profissional. Como sou deficiente recorri à criação do próprio emprego decreto-lei 247/89 art.ºs 44.ª e 47.ª.

Após a análise do processo e depois de vista a viabilidade do mesmo, foi aprovado em Julho de 2001.

Abri então uma pequena tabacaria/papelaria mas já tive que mudar de localização duas vezes, porque estive (por motivos de segurança) em centros Comerciais de pouco movimento, agora estou numa loja de rua na cidade da Amadora, é mais inseguro, mas o negócio é um pouco melhor, apesar de não estar no centro da cidade, mesmo assim, ainda melhor seria se conseguisse vender mais bens e prestar mais serviços de grande procura, neste tipo de estabelecimentos, pois os jornais, as revistas, o tabaco, a revenda de lotarias, as fotocópias e as plastificações, dão algum dinheiro.

A minha esposa chegou a trabalhar no ensino durante 3 anos lectivos consecutivos, no ano lectivo anterior só trabalhou três meses e este ano voltou a não ser colocada.

Ela foi uma das prejudicadas, com o facto do Me não ter querido aplicar a lei, pois se a quota fosse aplicada na segunda parte, ela teria sido colocada, assim foram colocados outros docentes no lugar dela e de outros na situação dela de forma ilegal.

Nos Açores a quota foi aplicada, foi por falta de vagas em número suficiente que ela não foi colocada, até porque como ela não tirou lá o curso, nem efectuou lá o

estágio, não pode concorrer lá na primeira prioridade. Na Madeira não foi, porque o governo regional de lá fez uma ilegalidade que foi renovar o contrato a todos os contratados, por isso não houve vagas, como na Madeira a lei é aquilo que eles lá entendem que é lei, nada se pode fazer, ainda por cima tem apoio do PSD do governo da república.

O pior são as consequências que advêm da situação que se gerou, ela já não será colocada este ano, até porque a lista de espera é grande, na Administração pública também não, porque os concursos estão cancelados por causa do défice, as empresas não lhe dão emprego, apesar de ela ter já concorrido a alguns anúncios da Internet e dos Jornais, muitas vezes chamam-na para entrevistas e ao verem-na nem a entrevista lhe fazem, isso já aconteceu em vários casos, nomeadamente na Marktest, outros sem sequer a conhecerem e sem saberem quem ela é, nem respondem às suas cartas, mas isso é um problema geral.

Eu trabalho por conta própria, mas aqui só estou há dois meses, abri este estabelecimento há pouco tempo, a clientela ainda não é muita, apesar de já ter dias razoáveis e de em princípio esta loja até poder vir a ter viabilidade. E teria certamente viabilidade se por parte do estado e de algumas instituições públicas houvesse concessão de venda de bens e prestação de serviços, por exemplo: eu podia aqui vender modelos da casa da Moeda, as pessoas costumam pedir, podia vender selos de correio, já muita gente me pediu, podia ser agente da santa casa da Misericórdia, revendo inúmeras raspadinhas e algumas lotarias populares, se existe uma instituição como a santa casa para apoiar os desfavorecidos, ora eu e a minha esposa somos neste momento e pelo menos nos anos mais próximos, pessoas carenciadas, eu tento manter este posto de trabalho, porque é que a santa casa não nos apoia? Eu quero manter esta casa aberta, aqui ou noutro lado, porque é o meu trabalho, se isto fechar, vou para o desemprego para sempre, pois ao ensino não voltarei quer apliquem, ou não a quota, para a função pública também não e as empresas não me aceitam, até porque já estou a um ano de fazer 35 anos.

Quer dizer dizem que já existem outros concorrentes que já vendem selos, são agentes da Santa casa, etc. aqui na amadora, mas é uma cidade com muita densidade populacional e onde algumas papelarias fecharam nos últimos anos, por isso haveria que dar possibilidade aos mais novos como eu, para que não tenhamos que fechar também e a ingressar nas fileiras dos centros de emprego, os outros já estão instalados há muitos anos, pagam rendas simbólicas, tem clientes certos, já ganharam muito, alguns até estão já a receber a reforma e continuam a trabalhar, e não tem dívidas para pagar.

Assim como eu não tenho certos produtos como os selos ou os impressos as pessoas vão-se embora e já não voltam, aliás já perdi clientes, ou seja está-se sempre a beneficiar os mesmos e a prejudicar os mesmos de sempre, insiste-se no erro.

Não posso fechar de qualquer maneira, porque fui financiado pelo IEFP e eu também estou interessado em continuar, pois se fechar de vez nunca mais trabalharei na minha vida, dizem que até há que incentivar os jovens empresários, os que inovam tecnologicamente, e eu tenho projectos nesse sentido, mas depois tudo se mantém na mesma, são sempre os mesmos a ficar bem e os mesmos a ser prejudicados. Isto é apertado-se o cinto sempre aos mesmos.

Alguns deficientes das direcções das associações de deficientes, tal como alguns comentadores televisivos e até políticos do Governo dizem que os deficientes estão bem, porque tem meios para viver, empregos e acesso à informática e à Internet, mas afinal onde é que estão os meios, onde está o trabalho, onde está o dinheiro para as despesas, onde está o apoio psicológico, onde está a integração social, eles que venham para aqui!

O pior do desemprego da minha esposa e da loja ainda não estar a dar lucro é o futuro. Agora temos a prestação da casa, tenho a Contribuição autárquica deste ano para pagar, era para ter iniciado em setembro o pagamento da segurança social no regime alargado, temos as despesas da casa (luz, água, gás), para além da alimentação e transportes a loja ainda só está a dar para o dia a dia e tenho que tirar para a renda, logo ainda não dá lucro, e não sei, o dinheiro que temos já é pouco, o subsídio de desemprego da minha esposa vai durar poucos meses e vai demorar muito a chegar, por isso não sei, quando se acabar o dinheiro, julgo que vai ser o fim, teremos que ir viver para a rua, ou então ela irá para a terra dela e eu terei que ficar por aí ao abandono, pois os meus familiares uns estão longe, outros desapareceram, outros têm a sua vida.

Ou a minha esposa arranja trabalho, já que não pode ser no ensino, noutra coisa e hoje com a tecnologia muita coisa ela pode fazer mesmo nas empresas, ou a loja repentinamente começa a dar muito dinheiro, o que parece que não vai acontecer, até porque a crise está instalada e até as grandes casas de comércio se lamentam, ou então dentro de meses (início do ano) teremos que ir dormir para a rua, passando fome, sede, frio, vou ficar sem a loja, a casa, talvez mulher, enfim sem a dignidade de um ser humano e pior é que é para sempre, sei que nunca mais tenho hipótese de reinserção. Se quiser ter um teto e comer alguma coisa o que é que vou fazer: vou pedir, não sei é se as pessoas me dão e se eu tenho coragem, ou então vou tornar-me vigarista? Vou prostituir-me? Vou roubar? Vou vender droga?

Afinal vou passar a ser criminoso, porque não paguei a contribuição Autárquica a tempo e horas ao estado, mas afinal como é que eu posso pagar, quer dizer o governo soube prejudicar a minha esposa indirectamente a mim, mas agora não abdica dos seus direitos, daqui por uns dias vem aí com as hipotecas e depois fico sem nada para sempre, nunca mais posso ter nada em meu nome. Tudo por um erro e pela arrogância, pela teimosia e até pela maldade de um Ministério.

Só não sei que mal é que eu fiz no país para ser eu sempre um dos que pago as crises e as discriminações que se fazem neste país, se de vez em quando, tenho algumas ajudas como foi em 2001 em que consegui o dinheiro para formar a empresa, bem logo uma época ou um governo que me prejudicam e se eu digo alguma coisa sou ignorado ou recebo como paga um telefonema desconcertante, porquê, eu sou algum criminoso? serei algum monstro? Ou será por ser um pobre desconhecido, e não ser filho do Sr. Dr. X ou y. Será que não tenho direito à vida ou estou condenado para sempre? Só porque sou deficiente e filho de um operário do campo.

Nós não queremos subsídios, queremos trabalho e integração, mas agora já que não há trabalho e o negócio não está a correr bem, que haja algum apoio financeiro por parte da segurança social à minha esposa.

Os Srs. do PSD e PP falam muito em produtividade, pois é eu com as limitações que tenho todos os dias me levanto às cinco horas no cacém, para ir apanhar o comboio e ir a Lisboa sujeito a assaltos, quedas, mau tempo, para trazer jornais e revistas, depois venho aqui para a amadora onde passo quase todo o dia, se por vezes isto não é produtivo depende de outros factores.

A minha esposa é uma pessoa muito inteligente, teve média de 15,00 e lutou muito nos anos noventa, sem computadores e livros para tirar o curso, ela eu e outros passávamos horas a estudar enquanto muitos estudantes de noite era fazer barulho, discotecas, álcool, droga e sexo e de dia era passear e dormir. Por isso nós é que deveríamos ser ajudados, pois podemos contribuir muito para a economia e para a sociedade, só somos pouco limitados, mas somos pessoas sérias e de bem, não são esses que fizeram o que fizeram e que muitos deles agora estão bem instalados nas empresas, no Estado e na política, a nós retiram-nos todas as oportunidades.

Infelizmente a direita portuguesa PSD e PP não têm sensibilidade nenhuma para resolver os problemas dos deficientes, aliás muitas vezes até os marginalizam, com o falso argumento que não produzem, são um peso para a sociedade, há deficientes mais capazes do que muitos ditos normais, não lhes dão a oportunidade e se eles até tentam lutar por si, como é o meu caso, tudo se faz para os neutralizar.

A direita portuguesa apenas fala em números, ignora os problemas das pessoas e da sociedade, dão importância à economia e de facto é importante e é a base de tudo, mas essa base a economia só funciona com base nas pessoas, as empresas são as pessoas os empresários, os trabalhadores, etc. Os Srs. parece que se esquecem disto.

Neste ano europeu da pessoa com deficiência o que é que já foi feito em Portugal em prol das pessoas com deficiência? Que eu tenha conhecimento nada...

Quer dizer pessoas como eu e como a minha esposa somos ignorados para os direitos, mas para os deveres e obrigações já somos chamados e responsabilizados. Até parece que somos culpados de ser como somos. Ser deficiente em Portugal é crime!

Em Portugal somos cerca de cento e sessenta mil deficientes visuais, mas destes só 12% dos que estão em idade legal para trabalhar e que têm capacidade para o fazer trabalham efectivamente, os outros 88% vivem por aí, ou à custa da família, ou da mendicância no metro e nos comboios ou em certos casos até fome passam. Porque não criam em Portugal uma lotaria como foi em Espanha e atribuem essa lotaria aos deficientes, para que nós a possamos vender e daí adquirir dinheiro para viver? Porque não colocam alguns com capacidades nas empresas públicas e mesmo nas empresas privadas de maior dimensão? Porque não cumprem as quotas de 5% a que temos direito, é certo que essa forma de discriminação positiva não é a melhor forma de resolver o problema dos deficientes, mas seria a forma de o Estado começar a compensar essas pessoas pela discriminação que têm sido alvo por parte da sociedade, das empresas e do próprio Estado. Por acaso os sr.s já pensaram que também são candidatos a deficientes.

Os Srs. são contra os mais desfavorecidos, a maioria dos deficientes, os trabalhadores, os toxicodependentes, os pequenos e médios empresários, etc. ou seja são estes desfavorecidos quem mais estão a pagar a crise e o apertar do cinto para controlar o défice. ao mesmo tempo ignoram a natureza e diferença humana, por isso o que se vê desde que os Srs. estão no poder é: as matas a arder por falta de vigilância e de prevenção quando até havia dinheiro da EU para isso, os deficientes desempregados e relegados para segundo plano em função de outras pessoas com melhores possibilidades de emprego, negócio, etc. pessoas como eu vejo por aqui na amadora a vagar de fome e a mendigar pelas ruas, porque não têm dinheiro para comprar comer, cada vez mais desempregados, cada vez mais sem abrigo, cada vez mais empresas de todos os sectores a fechar a porta, etc. etc. Está provado que sempre que se trabalha contra a natureza e contra a dignidade humana as consequências são catastróficas, é essa catástrofe que os Srs. estão a provocar em Portugal, a crise social e económica que vivemos não recuperará mais, mesmo que recupere eu nunca mais tenho hipótese de integração.

Os Srs. não quiseram aplicar as quotas, por orgulho, arrogância, abuso de poder, porque como foi uma lei aprovada pela esquerda, e os Srs. são neoliberais de direita, sem quaisquer preocupações sociais, decidiram não aplicar isso ao Ministério da Educação, agora nós não temos culpa, temos direito à vida, ao trabalho e à dignidade.

Apenas espero que algum partido da oposição (pois o PSD e o PP é só bater palmas ao Governo) peça esclarecimentos à Direcção geral da Administração educativa sobre a aplicação da quota e à segurança social o que fazer à pessoas que foram prejudicadas e que não conseguiram até agora outros empregos alternativos.

Com os melhores cumprimentos.

Luís Ferreira